



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes.

Processo nº : 10945.000581/2003-24  
Recurso nº : 135.294  
Acórdão nº : 201-80.110

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Brasília, 11.09.07

Sílvio S. A. J. Costa  
Mat.: Siage 91745

2º CC-MF  
FI

Recorrente : PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU  
Recorrida : DRJ em Curitiba - PR

MF - Segundo Conselho de Contribuintes  
Publicado no Diário Oficial da União  
de 18/09/2007  
Prazo: 10/09/2007

### PIS. RESTITUIÇÃO. PRAZO DECADENCIAL.

O prazo decadencial de 5 (cinco) anos previsto no art. 168 do CTN, para pedidos de restituição do PIS recolhido a maior com base nos Decretos-Leis nºs 2.445/88 e 2.449/88 e devido com base na Lei Complementar nº 7/70, conta-se a partir da data do ato que definitivamente reconheceu ao contribuinte direito à restituição, assim entendida a data da publicação da Resolução do Senado Federal nº 49, de 09/10/95, extinguindo-se, portanto, em 10/10/2000.

**Recurso negado.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU.

ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.**

Sala das Sessões, em 01 de março de 2007.

*Josefa Ilbaria Ilbarques*  
Josefa Maria Coelho Marques  
**Presidente**

*Fernando Lobo D'Éça*

Fernando Luiz da Gama Lobo D'Éça  
**Relator**

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Walber José da Silva, Fabiola Cassiano Keramidas, Maurício Taveira e Silva, José Antonio Francisco, Roberto Velloso (Suplente) e Gileno Gurjão Barreto.



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES	CONFERE COM O ORIGINAIS
Brasília, 11/09/07	
Silvio Sampaio - 91745	Mat. Siage 91745

2º CC-MF  
Fl.

Processo nº : 10945.000581/2003-24  
Recurso nº : 135.294  
Acórdão nº : 201-80.110

**Recorrente : PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU**

## RELATÓRIO

Trata-se de recurso voluntário (fls. 50/73), protocolado em 20/06/2006, contra a r. Decisão de fls. 42/47, intimada por via postal em 26/05/2006 e exarada pela 3ª Turma da DRJ em Curitiba - PR, que, por unanimidade de votos, houve por bem indeferir a solicitação contida na manifestação de inconformidade de fls. 20/39, deixando de homologar o pedido de restituição de fl. 01, formulado em 21/01/2003, indeferido por Despacho Decisório do ilmo. Chefe da Seort da DRF em Foz do Iguaçu - PR em 18/02/2003 (fls. 13/18), através do qual a ora recorrente pretendia ver restituída importância no valor de R\$ 950.400,42, relativo a recolhimentos indevidos de PIS/Pasep efetuados nos anos-calendário de 1993 e 1994, com base nos Decretos-Leis nºs 2.445/88 e 2.449/88, julgados inconstitucionais pelo STF.

Por seu turno, a r. Decisão de fls. 42/47 ora recorrida, da 3ª Turma da DRJ em Curitiba - PR, houve por bem indeferir a solicitação contida na manifestação de inconformidade de fls. 20/39, aos fundamentos sintetizados em sua ementa exarada nos seguintes termos:

*"Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário*

*Período de apuração: 01/02/1993 a 30/09/1993, 01/04/1994 a 31/07/1994*

*Ementa: PASEP. PEDIDO DE RESTITUIÇÃO. DECADÊNCIA.*

*A decadência do direito de pleitear a restituição ocorre em cinco anos contados da extinção do crédito pelo pagamento.*

*Solicitação Indeferida".*

Nas razões de recurso voluntário (fls. 50/73) oportunamente apresentadas a ora recorrente sustenta a reforma da r. decisão recorrida e a legitimidade do crédito restituendo, tendo em vista: a) que, admitindo-se, como é regra, transcorram 5 (cinco) anos, contados do fato gerador de tributo sujeito a lançamento por homologação, sem que o Fisco impugne o cálculo do *quantum debeatur* e o seu pagamento antecipado e, consequentemente, sem que lance de ofício valor diferente, dá-se, ao término desses 5 (cinco) anos, a homologação tácita (CTN, art. 150, § 4º), a partir da qual começaria a correr o prazo decadencial de 5 (cinco) anos previsto no art. 168, inciso I, do CTN; b) a impossibilidade de aplicação da LC nº 118/2005, que não deveria ser aplicada ao caso em questão, vez que sua utilização deve ser restrita a fatos geradores pretéritos não submetidos a análise judicial e/ou administrativa, nos termos da jurisprudência citada; c) que a base de cálculo do PIS foi alterada mediante a edição dos Decretos-Leis nºs 2.445 e 2.449, de 1988, de sorte que a base de cálculo seria apurada no mês imediatamente anterior e não mais no sexto mês anterior e que tais decretos-leis foram declarados inconstitucionais pelo STF, sendo certo que o Senado Federal, em 1995, retirou tais normas do nosso direito positivo, à guisa da Resolução de nº 49, razão pela qual, até a edição da Medida Provisória nº 1.215/95, a matéria continuou regida pelas Leis Complementares nºs 7 e 8, de 1970, sendo que durante o período de vigência dos malfadados decretos-leis o Município teria efetuado recolhimentos superiores ao devido.

É o relatório.



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES	CONFERE COM O ORIGINAL
Brasília, 11 / 09 / 07	Silvio Góes - Sape Mat.: Sape 91745

2º CC-MF  
Fl.

Processo nº : 10945.000581/2003-24  
Recurso nº : 135.294  
Acórdão nº : 201-80.110

**VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR**  
**FERNANDO LUIZ DA GAMA LOBO D'EÇA**

O recurso reúne as condições de admissibilidade, mas, no mérito, não merece provimento.

A conclusão da r. decisão recorrida se mostra conforme a lei e a jurisprudência desta Colenda Câmara, que há muito já assentou que o prazo decadencial de 5 (cinco) anos previsto no art. 168 do CTN, para pedidos de restituição da contribuição ao PIS recolhida a maior com base nos Decretos-Leis nºs 2.445/88 e 2.449/88 e devida com base na Lei Complementar nº 7/70, conta-se a partir da data do ato que definitivamente reconheceu ao contribuinte o direito à restituição, assim entendida a data da publicação da Resolução do Senado Federal nº 49, de 09/10/95, extinguindo-se, portanto, em 10/10/2000 (cf. Decisão desta 1ª Câmara do 2º Conselho de Contribuintes no Acórdão nº 201-77.532, em sessão de 17/03/2004, Recurso nº 118.795, Processo nº 13808.002037/97-34, Recorrente: Ipiranga Serrana Fertilizantes Ltda. e Recorrida: DRJ em Curitiba - PR).

No caso concreto verifica-se que, através do pedido de restituição fl. 01, formulado em 21/01/2003 (fl. 01), indeferido por Despacho Decisório do ilmo. Chefe da Seort da DRF em Foz do Iguaçu - PR em 18/02/2003 (fls. 13/18), através do qual a ora recorrente pretendia ver restituída importância no valor de R\$ 950.400,42, relativo a recolhimentos indevidos de PIS/Pasep efetuados nos anos-calendário de 1993 e 1994, com base nos Decretos-Leis nºs 2.445/88 e 2.449/88, julgados inconstitucionais pelo STF, cujo prazo para restituição já se tinha expirado desde 10/10/2000.

Assim como não se confundem o direito à repetição do indébito tributário (arts. 165 a 168 do CTN) com as formas de sua execução, que se pode dar mediante compensação (arts. 170 e 170-A do CTN; 66 da Lei nº 8.383/91; e 74 da Lei nº 9.430/96), não se confundem os prazos para pleitear o direito à repetição do indébito (art. 168 do CTN) com os prazos para a homologação de compensação ou para a ulterior verificação de sua regularidade (arts. 156, inciso II, parágrafo único, do CTN; e 74, § 5º, da Lei nº 9.430/96, com redação dada pela Lei nº 10.833, de 29/12/2003 - DOU de 30/12/2003).

Considerando que o pedido de restituição do PIS indevidamente recolhido foi formulado fora do prazo decadencial, voto no sentido de NEGAR PROVIMENTO ao presente recurso voluntário (fls. 50/73), mantendo a r. decisão recorrida.

É o meu voto.

Sala das Sessões, em 01 de março de 2007.

FERNANDO LUIZ DA GAMA LOBO D'EÇA